



MINAS DO LEÃO

Prefeito de Minas do Leão e presidente da ASMURC, Miguel Almeida entrega documento ao ministro de Minas e Energia na defesa do carvão mineral

Categoria: Gabinete do Prefeito

Data de Publicação: 24 de maio de 2019

O prefeito de Minas do Leão e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (ASMURC), Miguel Almeida, se encontrou com o ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque Junior, nesta sexta-feira, 24, e entregou um documento pedindo ao Governo Federal que o carvão gaúcho volte a ser considerado, de maneira mais forte, como fonte de energia. Entre as justificativas, a segurança da capacidade de geração de energia a partir do carvão mineral.

Atualmente, a utilização do carvão é inferior a 2% da matriz energética do país e, nos últimos anos, em função de falta de políticas para o setor, a indústria do carvão está sofrendo perdas substanciais na produção e faturamento. Isso acarreta o fechamento de usinas termoelétricas e a diminuição da exploração, levando à queda de empregos na área. Hoje, os dois complexos do Polo Carboquímico previstos para o RS colocariam R\$ 4,4 bilhões em investimentos no setor, segundo previsões do Governo do Estado.

Segundo o prefeito Miguel Almeida, para a Região Carbonífera, que já é uma das mais pobres do Rio Grande do Sul, essas perdas são ainda mais significativas. "Os movimentos mais recentes do Governo Federal, feitos nos últimos governos, servem para gerar desemprego na nossa região. Estamos agindo para tentar reverter este quadro minimamente", destaca o prefeito. Estima-se que para cada real aplicado na indústria da geração térmica se obtém R\$ 3,68 girando na economia e para cada emprego direto gerado no setor outras 13 vagas são abertas na cadeia produtiva.

Segundo o ministro, a pauta do carvão mineral é de conhecimento do governo e que a intenção é aproveitar as riquezas mineiras de cada região. Ainda destacou que é possível um melhor aproveitamento do carvão em função das novas tecnologias desenvolvidas que reduzem, de maneira substancial, as emissões de carbono na atmosfera.

O documento entregue ao ministro Albuquerque Junior contém as justificativas técnicas que sustentam a pauta da região. Entre elas, a desativação da Usina Termelétrica de Charqueadas e os vetos do ex-presidente Michel Temer e



MINAS DO LEÃO

do BNDES ao Plano de Modernização de Usinas Térmicas, em 2016.

O pedido feito ao ministro de Minas e Energia nesta sexta-feira também busca colocar este projeto na pauta de discussões e que o Governo Federal seja um avalista importante para a sua execução. Uma vez em prática, toda a Região Carbonífera seria beneficiada, além de outras partes do Estado, pois o Rio Grande do Sul concentra 89% das reservas de carvão mineral do Brasil.